



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000
Telefone: (095) 3621-3108
E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



RESOLUÇÃO Nº 006/2020-CPPG/CEPE.

Aprova a atualização Plano de Qualificação da Unidade (PQU) do Instituto de Ciências Jurídicas - Quadriênio 2016.2 a 2020.1.

O PRESIDENTE DA CÂMARA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que foi deliberado pela CPPG durante a reunião extraordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2020, e considerando o que consta no Parecer nº 008/2020/DPG/PRPPG, às fls. 108, parecer, às fls. 112/113, e manifestação às fls. 145, do Processo nº 23129.024358/2019-03;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a atualização do Plano de Qualificação da Unidade (PQU) do Instituto de Ciências Jurídicas, quadriênio 2016.2 a 2020.1, conforme anexo, o qual passa a fazer parte integrante desta Resolução, como se nela estivesse escrito, e com publicações de portarias a partir da presente resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições contrárias.

CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/UFRR, 12 de junho de 2020.

Prof. Dr. Marcos José Salgado Vital
Presidente da CPPG/UFRR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000
Telefone: (095) 3621-3108
E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 006/2020-CPPG/CEPE.

01- Número do Registro				
02- Unidade Didática/Centro				
Coordenação do Curso de Direito/ICJ				



Plano de Qualificação da Unidade – PQU 2016.2 a 2020.1
--

03- Objetivos Gerais e Justificativas

3.1 Objetivos gerais

O presente Plano de Qualificação da Unidade, que surge como atualização do Plano de Capacitação Docente aprovado na Reunião da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação no dia 04/09/2015, tem como objetivo geral atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito, estabelecida pela Comissão de Especialistas do Ensino de Direito do Ministério da Educação – MEC, sobretudo no tocante aos critérios de qualificação de docentes e de disponibilização de professores à oferta aos alunos, promovendo a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e das iniciativas de pesquisa em favor dos docentes e dos acadêmicos, bem como continuar com a capacitação dos docentes do Curso de Direito, agora para o quadriênio 2016.2 a 2020.1, para promover a melhoria das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, através da promoção da qualificação dos docentes e do aprofundamento de sua formação intelectual.

A capacitação visa a concretização de várias mudanças que estão sendo desenvolvidas, iniciadas com a criação do Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ, através da Resolução 014/2012 – CUni, que buscam direcionar o Curso de Direito para uma maior ênfase na pesquisa seja em nível de iniciação científica seja em nível de pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Dessa maneira, através da capacitação dos docentes, **especialmente em nível de Doutorado**, a unidade pretende participar de convênios para implantação de MINTER e DINTER, na área do Direito, a fim de permitir a qualificação dos demais docentes e da comunidade em geral, além de criar cursos de pós graduação *lato sensu* e um curso de pós graduação *stricto sensu*, na área do Direito, inicialmente em nível de Mestrado.

3.2 Justificativas

O Curso de Direito necessita da capacitação de seus docentes para atender as necessidades de formação intelectual de seus acadêmicos, auxiliando de forma decisiva na preparação de uma comunidade jurídica comprometida eticamente e preparada para lidar com as diversas questões sociais, econômicas, jurídicas e políticas da região amazônica, do nosso país e do plano internacional.

Além disso, a capacitação dos docentes é condição essencial para as avaliações positivas realizadas pelo Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, como prevê a legislação educacional em vigor.

Por esse motivo, a UFRR necessita diuturnamente de profissionais qualificados, especialmente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

que possuam cursos de pós-graduação *stricto sensu*, já que além de promover o ensino e a pesquisa, deve buscar a formação de profissionais qualificados para um mercado de trabalho em constante formação e expansão, que necessita de um corpo intelectualmente competente e que possua qualificação cada vez mais elevada. **Com a qualificação prioritária em nível de doutorado, os docentes passarão a contribuir de maneira mais efetiva com a melhoria da qualidade de nosso País.**

É por esse motivo que o Curso de Direito visa, como qualificação prioritária, o doutoramento de seus docentes com o intuito de promover e auxiliar no processo contínuo de capacitação de todos os seus docentes e discentes.

Apesar do Curso de Direito estar constantemente se destacando com sucesso no processo de formação acadêmica, como se verifica com a recente aprovação com nota máxima no ENADE, além de altos índices de aprovação no Exame da OAB, o que lhe garantiu, em 2012 e 2018, o recebimento do “Selo da OAB”, entregue a apenas 60 cursos em todo o País, num universo de mais de 1250 cursos de Direito, bem como a renovação do reconhecimento do Curso com Conceito Preliminar do Curso - CPC nota 4 no ano de 2016, sua produção científica ainda é bastante incipiente. Tal situação se explica justamente pela ausência de docentes doutores com dedicação exclusiva no âmbito do curso, motivo pelo qual a aprovação do presente plano se demonstra urgente e necessária para a melhoria do Curso de Direito e do Instituto de Ciências Jurídicas.

O Curso de Direito decidiu priorizar a capacitação de seu corpo docente em nível de doutorado, na área jurídica ou em áreas afins, como Economia e Relações Internacionais, para que se iniciem seus processos essenciais de amadurecimento que permitam que o Curso passe a empenhar-se no aprofundamento das atividades de ensino em pós-graduação, de pesquisa seja em nível de iniciação científica seja nível de pós-graduação, e de atividades de extensão mais qualificadas.

Atualmente, o Curso de Direito conta com os seguintes projetos de pesquisa/extensão (conforme especificação no item 5 deste PQU): 1. Direitos e garantias das mulheres portadoras de surdez: abrindo o verbo na cidadania do silêncio; 2. Cartografia da violação dos Direitos dos Indígenas de Boa Vista-RR; 3. Cartografia da Diversidade e Promoção dos Direitos das Populações Vulneráveis; 4. Direitos Humanos, Cooperação Internacional e Políticas Públicas.

Assim sendo, a existência de mais professores doutores permitirá não só o fortalecimento de tais projetos como linhas de pesquisa, mas também a supervisão e orientação de projetos de iniciação científica, a criação de um grupo PET (Programa de Educação Tutorial), a criação de cursos de pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o cadastramento de novos Grupos de Pesquisa no Diretório do CNPq, bem como a criação de novas linhas de pesquisa, dentre as quais já estão previstas (conforme especificação no item 5 deste PQU): 1. Constituição e Concretização de Direitos; 2. Direitos Humanos e Meio Ambiente; 3. Direitos Humanos e inclusão social; 4. Processo, Jurisdição Constitucional e Precedentes Vinculantes.

Por fim, a necessidade de qualificação da unidade tem por finalidade fortalecer as demais atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, atendendo, desta forma, as necessidades acadêmicas, científicas e tecnológicas da universidade e da comunidade como um todo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

04- Perfil dos Docentes da Unidade Didática

Docente	Titulação	Situação	Área de contratação	Área de Atuação	Disciplinas
01 – Alcir Gursen de Miranda	Mestre	Em exercício	Direito Público	Direito Agrário e Constitucional	Hermenêutica Jurídica e Direito Agrário
02 – André Paulo dos Santos	Mestre	Em exercício	Direito Público e Privado	Direito para Contabilidade	Filosofia do Direito e Direito do Consumidor
03 – Bruno Cavalcanti Angelin Mendes	Mestre	Afastado ^a de 04/09/2015 a 11/09/2018 Exonerado ^b 12/09/2018	Direito Público e Direitos Humanos	Atividade de ensino e prática profissional do núcleo de práticas jurídicas e defesa de direitos humanos.	Prática Jurídica Real e Prática Jurídica Simulada
04 – Cristiniana Cavalcanti Freire	Mestre	Cedida ^c	Direito Privado	Direito Civil e Ambiental	Direito Civil, Empresarial e Ambiental
05 – Denise Meneses Gomes	Especialista	Em exercício até 2019.1 Aposentada ^f	Direito Público	Direito Penal	Direito Penal
06 - Douglas Verbicaro Soares	Doutor	Em Exercício a partir 2019.2	Direito Público	Atividade de ensino e prática profissional do núcleo de práticas jurídicas e defesa de direitos humanos.	
07 – Fernando César Costa Xavier	Doutor	Em exercício	Direito Público e Direitos Humanos	Filosofia do Direito, Direitos Humanos e Direito Internacional Público	Filosofia do Direito, Direitos Humanos, Direito Internacional Público e Teoria da Constituição



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

08 – Gustavo Américo Maximo Santana Costa	Doutor	Em exercício desde dezembro de 2019	Direito Público	Direito Penal Direito Processual Penal Direito Constitucional	D. Penal VI Teoria Geral do Processo Direito Processual Penal III
09 – Gustavo Cavalcanti Rodrigues	Especialista	Afastado ^d	Direito Público	Direito Processual Penal e do Consumidor	Direito Processual Penal e do Consumidor
10 – Ilaine Aparecida Pagliarini	Mestre	Em exercício	Direito Público e Direito Privado	Direito Processual Penal e Empresarial	Direito Processual Penal e Empresarial
11 – Isaiás Montanari Júnior	Doutor	Em exercício até março/2020 Licença para tratar de interesse pessoal	Direito Público	Direito Internacional Privado e Teoria Geral do Estado	Teoria Geral do Estado, Ciência Política, Indígena, Eleitoral, Processual Coletivo e Administrativo
12 - Isete Evangelista Albuquerque	Mestre	Em exercício	Direito Privado	Direito Civil e Estatuto da Criança e Adolescente	Direito Empresarial II e Biodireito
13 – José Edival Vale Braga	Mestre	Em exercício	Direito Público	Direito Administrativo e Constitucional	Direito Processual Constitucional, Tributário e Constitucional
14 – Lívia Dutra Barreto	Mestre	Em exercício	Direito Público	Direito Internacional Privado	Direito Internacional Privado, Seguridade Social e Processual Coletivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

15 – Luiz Bruno Lisbôa de Bragança Ferro	Mestre	Em exercício	Direito Público e Direito Privado	Direito do Trabalho, meio ambiente do trabalho e dignidade humana.	Direito Civil II e VI, Prática Forense I, III e IV, Instituições de Direito, Noções de Direito Comercial I, Direito Comercial III.
16 – Mauro José do Nascimento Campello	Mestre	Em exercício	Direito Público e Direito Privado	História do Direito, Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente	Introdução ao Estudo do Direito, Direito Civil, História do Direito e Direito da Criança e do Adolescente
17 – Mozarildo Monteiro Cavalcante	Mestre	Em exercício	Direito Público	Direito Processual Civil	Direito Processual Civil e Monografia
18 – Paulo Cézar Dias Menezes	Graduado	Em exercício	Direito Público	Direito Processual Civil e Direito Eleitoral	Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil
19 – Priscilla Cardoso Rodrigues	Mestre/ Doutorand a	Em exercício	Direito Público e Privado	Direito Indígena e Teoria Geral do Estado	Direito Indígena e Introdução ao Estudo do Direito
20 – Rafael Reis Ferreira	Mestre/ Doutorand o	Em exercício	Direito Público e Privado	Direito Constitucional	Direito do Trabalho e Direito Administrativo
21 – Raimundo Paulino Cavalcante Filho	Mestre	Em exercício	Direito Público	Direito do Trabalho e Instituições de Direito	Direito do Trabalho e Instituições de Direito
22 – Rodrigo Cardoso Furlan	Doutor	Em exercício até abril/2020 Falecimento	Direito Público	Teoria Geral do Processo e Direito Bancário	Direito Bancário, Responsabilidade Civil e Direito Processual Civil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

23 – Teresa Cristina Evangelista dos Anjos	Mestre	Em exercício até 2019.1 Aposentada ^g	Direito Público	Direito Tributário e Financeiro	Direito Tributário, Consumidor e Monografia
24 – Zedequias de Oliveira Júnior	Mestre	Afastamento parcial ^e	Direito Público	Direito Ambiental e Direito Processual Penal	Direito Ambiental, Urbanístico e Direito Processual Penal

^aPortaria nº 054/15 PRPPG, de 23/09/2013 (afastamento para cursar Doutorado em Direito, na Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro, pelo período de 04/09/2015 a 30/07/2019).

^bPortaria nº 779 DOU de 31/10/2018 (exoneração a pedido)

^cPortaria 648/ME, de 24/07/2013 (exercício provisório na Universidade Federal de Pernambuco).

^dPortaria 538/GR, de 15/09/2014 (afastado para tratar de interesse particular, no período de 01 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2017). Aprovado em reunião do Conselho do Curso de Direito em 26/07/2017 a dilação do prazo de afastamento por mais 3 anos, ficando o retorno para 2020.2.

^ePortaria nº 034/18 – PRPPG DE 18/05/2018 (afastamento parcial por 4 anos, para realização de Doutorado pela Universidade Federal de Roraima).

^fPortaria nº 544/GR de 27/06/2019 (Aposentadoria Voluntária por tempo de Contribuição).

^gPortaria nº 540/GR de 27/06/2019 (Aposentadoria Voluntária por tempo de Contribuição).

05- Prioridades, Diretrizes Básicas da Unidade Didática, Grupos de Pesquisa

5.1 Prioridades para capacitação no quadriênio

Para o quadriênio, o Colegiado do Curso de Direito decidiu priorizar a capacitação de seu corpo docente em nível de doutorado, na área jurídica ou em áreas afins, como Economia e Relações Internacionais, para que se iniciem seus processos essenciais de amadurecimento que permitam que o Curso de Direito deixe de se restringir ao ensino de graduação, para empenhar-se no aprofundamento das atividades de ensino em pós graduação, de pesquisa seja em nível de iniciação científica seja nível de pós graduação, e de atividades de extensão mais qualificadas.

Como o Curso de Direito conta, em seu quadro docente, com apenas três professores com Doutorado, entende como prioritária a qualificação dos docentes em nível de Doutorado e na área do Direito, como forma de iniciar uma nova fase no Curso de Direito.

Isso por que a existência de professores doutores e com dedicação exclusiva permitirá a supervisão e orientação de projetos de iniciação científica, a criação de um grupo PET (Programa de Educação Tutorial), a criação de cursos de pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o cadastramento de novos Grupos de Pesquisa no Diretório do CNPq, a criação de novas linhas de pesquisa, além de fortalecer as demais atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, atendendo, desta maneira, as necessidades acadêmicas, científicas e tecnológicas da universidade e da comunidade como um todo.

5.2 Atividades de Pesquisa

O Curso de Direito tem como diretrizes básicas, ao longo do quadriênio, a participação efetiva em atividades de pesquisa em nível de iniciação científica, através do PIC e do CNPq, e em nível de pós graduação, ressaltando-se a preocupação com a produção científica e a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



intervenção em questões sociais fundamentais da região amazônica.

5.2.1 Linhas de pesquisa que serão criadas:

5.2.1.1 Constituição e Concretização de Direitos

Esta linha de pesquisa será criada e servirá para discutir o Estado e responder às demandas sociais, a partir da concretização dos direitos sociais fundamentais. O objetivo é aprofundar as críticas elaboradas aos modelos hermenêuticos tradicionais, a partir dos aportes da Semiótica, da Hermenêutica Filosófica e da Teoria da Argumentação Jurídica. Com isso, existe a necessidade da investigação da efetividade do Direito e da aplicabilidade das normas pelos Tribunais, através de uma revisão dos conceitos predominantes na doutrina, jurisprudência, Teoria Geral do Estado e Teoria do Direito.

Esta linha de pesquisa será criada para atender aos problemas de investigação, a ser desenvolvidos com a participação em processo de seleção para programas sociais, obtenção de recursos públicos para a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida, bem como para o aprofundamento das atividades de pesquisa, através da participação em programas específicos e publicação de livros, relatos de experiência e artigos científicos.

Contará com a participação dos professores Fernando César Costa Xavier, Isaías Montanari Júnior, Rafael Reis Ferreira, Priscilla Cardoso Rodrigues e Rodrigo Cardoso Furlan.

5.2.1.2 Direitos Humanos e Meio Ambiente

Esta linha de pesquisa pretende analisar a relação existente entre a proteção dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente, constituindo uma das grandes prioridades da agenda internacional contemporânea. A luta pela proteção do meio ambiente acaba se identificando em grande parte com a luta de proteção dos direitos humanos, quando se tem em mente a melhoria das condições de vida, conforme estabelece o artigo 225 da Constituição Federal brasileira.

A necessidade de trabalhar a relação entre a proteção dos direitos humanos e a proteção ambiental está ligada a necessidade de se realizar um trabalho cuja análise do objeto de pesquisa apresente uma abordagem global do problema, o que envolve um estudo interdisciplinar, com a aproximação e diálogo entre diferentes disciplinas, pois a interdependência dos direitos humanos e a proteção ambiental na Amazônia está presente em boa parte dos conflitos sociais e nas disputas pelo acesso aos recursos naturais.

Logo, esta linha de pesquisa não busca resolver somente os conflitos ambientais, mas, também, está em debate que tipo de sociedade que se pretende consolidar na Amazônia: democrática e sustentável ou excludente, autoritária e perdulária dos recursos naturais. A intenção é desenvolver a discussão sobre a questão teórico-metodológica da interface sociedade e meio ambiente, e o vínculo existente entre o meio ambiente e direitos humanos, pois a violações dos direitos humanos podem igualmente levar a degradação ambiental ou tornar mais difícil a proteção ambiental, tanto na esfera rural como urbana.

Contará com a participação dos professores Fernando César Costa Xavier, Isaías Montanari Júnior, Rafael Reis Ferreira, Priscilla Cardoso Rodrigues, Zedequias de Oliveira Junior e Teresa Cristina Evangelista, além da participação de professores do Doutorado em Direito da UFPA.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



5.2.1.3 Direitos Humanos e inclusão social

Esta linha de pesquisa tem como objetivo o estudo das diversas formas de exclusão social, sob a perspectiva dos Direitos Humanos, partindo do pressuposto de que, tendo em vista as desigualdades existentes na sociedade, a única forma de garantir igualdade a quem é diferente é justamente distingui-los, regulando a vida em sociedade de tal forma que se possa permitir que todos tenham as mesmas oportunidades e os mesmos direitos.

Assim, os projetos vinculados a esta linha voltar-se-ão tanto para o estudo das condições de vida dos grupos vulneráveis quanto para o estudo das ações afirmativas necessárias para reverter essa situação, preocupando-se, principalmente, com a investigação das transformações ocorridas no Direito, incrementadas pelas crises conceitual, estrutural, funcional e institucional que atravessam o Estado Contemporâneo.

Os estudos serão realizados sob uma perspectiva transdisciplinar e envolverá também os “novos” direitos, como a Bioética, o Biodireito, a proteção da propriedade intelectual e os direitos difusos e coletivos, permitindo o aprofundamento das atividades de pesquisa, através da participação em programas específicos e publicação de livros, relatos de experiência e artigos científicos.

Contará com a participação dos professores Fernando César Costa Xavier, Isaías Montanari Júnior, Rafael Reis Ferreira, Priscilla Cardoso Rodrigues, Lívia Dutra Barreto, Rodrigo Cardoso Furlan, Ilaine Pagliarini e Isete Evangelista Albuquerque.

5.2.1.4 Processo, Jurisdição Constitucional e Precedentes Vinculantes

Esta linha de pesquisa tem como objetivo o estudo pretende abordar as discussões em torno da eficácia vinculante das decisões judiciais proferidas pelas Cortes Supremas, em especial, partindo-se da visão de que os efeitos de tais decisões estão ligados à própria natureza da jurisdição constitucional no Estado democrático.

Nessa perspectiva, busca-se cogitar, ainda, de questões como os efeitos das decisões no controle difuso de constitucionalidade, o instituto da repercussão geral no recurso extraordinário, a declaração incidental de inconstitucionalidade proferida nos Tribunais, a sistemática das súmulas no Brasil, a uniformização da legislação federal, dentre outros temas.

Contará com a participação dos professores Bruno Cavalcanti Angelin Mendes, Rodrigo Cardoso Furlan, Paulo César Dias Menezes e Mozarildo Monteiro Cavalcante.

5.2.2 Projetos de pesquisa/extensão atualmente em desenvolvimento e que poderão se fortalecer como linhas de pesquisa:

5.2.2.1 Direitos e garantias das mulheres portadoras de surdez: abrindo o verbo na cidadania do silêncio

O Curso de Direito desenvolve o projeto “Direitos e garantias das mulheres portadoras de surdez: abrindo o verbo na cidadania do silêncio”, coordenado pela Professora Priscilla Cardoso Rodrigues, desde 21 de outubro de 2012, cadastrado no SIGProj sob o nº 50303.308.62074.16052010 (financiamento Edital PROEXT 2010 - MEC). Tem como público-alvo os acadêmicos e professores dos cursos de Direito, Pedagogia, Psicologia e Letras; coordenadores, gestores e professores das redes públicas de ensino; profissionais e membros de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e grupos comunitários de defesa dos direitos da mulher e dos portadores de surdez; pessoas envolvidas direta ou indiretamente com portadores de surdez.

Originariamente pensado como projeto de extensão, abrange também atividades de pesquisa, como a publicação de um livro, bem como de relatos de experiência e artigos científicos, motivo pelo qual tal projeto poderá se fortalecer em uma linha de pesquisa, na medida em que, ao longo do triênio, a proposta de capacitação promova a qualificação dos professores como doutores, permitindo-lhes preencher os requisitos de participação em programas específicos de iniciação científica e de pesquisas científica em nível de pós graduação. Com o afastamento da Professora Priscilla Cardoso Rodrigues, o projeto continuará sendo desenvolvido pelas Professoras Lívia Dutra Barreto e Teresa Cristina Evangelista dos Anjos.

5.2.2.2 Cartografia da violação dos Direitos dos Indígenas de Boa Vista-RR

O Curso de Direito, através de seu Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa de Direitos Humanos, participa do projeto “Cartografia da violação dos Direitos dos Indígenas de Boa Vista-RR”, coordenado pela Professora Carmen Lúcia Silva Lima e cadastrado no SIGProj sob o nº 76890.394.92993.11042011 (financiamento Edital PROEXT 2011 - MEC). Este projeto é decorrente da relação estabelecida entre a coordenadora da proposta e as lideranças das Organizações dos Indígenas da Cidade (ODIC), que desde o ano de 2010 vêm refletindo sobre a possibilidade de realização da cartografia social dos indígenas da cidade de Boa Vista (RR). Estas ações revelaram que a parceria entre ODIC e UFRR é bastante promissora para a produção do conhecimento, mas a situação de pobreza e exclusão em que vivem os indígenas citadinos exige um compromisso contínuo, motivo pelo qual esse projeto pode se fortalecer como uma linha de pesquisa através da qualificação dos docentes do curso de Direito que participam desse projeto, ao longo do triênio 2013.2-2016.1.

Originariamente pensado como projeto de extensão, abrange também atividades de pesquisa, como a publicação de um livro e de um boletim, além da publicação de relatos de experiência e artigos científicos, realizadas também pelo corpo docente do Curso de Direito. Atualmente conta com a participação da professora Priscilla Cardoso Rodrigues, mas com o seu afastamento, contará com a participação do professor Isaias Monatanari Junior.

5.2.2.3 Cartografia da Diversidade e Promoção dos Direitos das Populações Vulneráveis

O Curso de Direito, através de seu Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa de Direitos Humanos, participa do projeto “Cartografia da Diversidade e Promoção dos Direitos das Populações Vulneráveis”, coordenado pela Professora Carmen Lúcia Silva Lima e cadastrado no SIGProj sob o nº 121472.648.92993.22032013 (financiamento Edital PROEXT 2014 - MEC). Idealizado a partir do projeto Cartografia da Violação dos Direitos dos Indígenas de Boa Vista (RR), tem como objetivo responder a solicitações que foram apresentadas ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) - Núcleo Roraima, criando no ano de 2011 na UFRR e coordenado pela Professora Carmen Lúcia Silva Lima, especialmente: a cartografia das mulheres guianense foi apresentada pelo Núcleo de Mulheres de Roraima; a da capoeira em Boa Vista, pelo Centro de Capoeira da UFRR; a dos indígenas catadores de lixo, pela Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC) e a dos maranhenses do bairro Santa Luzia, pelo representante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

do Conselho da Comunidade São Raimundo Nonato.

Através do mapeamento social destas coletividades, privilegia a diversidade de expressões culturais e elenca identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Com o material produzido, a cartografia contribui para um maior conhecimento dos processos de ocupação da Região Amazônica e, sobretudo, uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem, contribuindo para a valorização da diversidade e a superação da situação de vulnerabilidade.

Originariamente pensado como projeto de extensão, este projeto abrange também atividades de pesquisa, especialmente através da publicação de livros e boletins sobre o mapeamento social realizado, além da publicação de artigos científicos e relatos de experiência, podendo se fortalecer em uma verdadeira linha de pesquisa. Contando atualmente com a participação da professora Priscilla Cardoso Rodrigues, com o seu afastamento, contará com a participação do professor Fernando César Costa Xavier.

5.3 Programas de Pós Graduação

5.3.1 Programa de Pós Graduação que será criado:

5.3.1.1 Mestrado em Direitos Humanos e Socioambientais da Amazônia

O Curso de Direito, com o plano de capacitação oferecida, criará o curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de Mestrado, na área do Direito, que abrangerá a interdependência dos direitos humanos e a proteção socioambiental na Amazônia, presente em boa parte dos conflitos sociais e nas disputas pelo acesso aos recursos naturais e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Através da qualificação de seus docentes em nível de Doutorado, o Curso de Direito poderá buscar a aprovação de seu projeto junto às instâncias competentes, bem como poderá promover todas as atividades do programa, seja de ensino ou de pesquisa. Além de promover o necessário aprofundamento da pesquisa, na área jurídica, voltada para os temas amazônicos, este programa permitirá a qualificação do nosso corpo docente e da comunidade em geral, nível de Mestrado.

5.3.2 Programa de Pós-Graduação atual e que será fortalecido:

5.3.2.1 Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia

O Curso de Direito vem contribuindo com o programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe - Nekar, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino, através da participação do Professor Fernando César Costa Xavier nas atividades de ensino e pesquisa do programa, como vice-coordenador.

Com a qualificação do corpo docente do Curso de Direito em nível de Doutorado, este programa se fortalecerá na medida em que mais docentes poderão participar de suas atividades.

5.4 Grupos de Pesquisa



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



5.4.1 Direitos Humanos, Cooperação Internacional e Políticas Públicas

O Curso de Direito possui o grupo de pesquisa “Direitos Humanos, Cooperação Internacional e Políticas Públicas” cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq). Criado em abril de 2013 e coordenado pelo Professor Fernando César Costa Xavier, este grupo conta com a participação de todos os professores do Curso de Direito e com duas sublinhas de pesquisa, “Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito da Integração” e “Direitos Humanos e Políticas Públicas”. Seu objetivo é contribuir para o debate sobre a relevância que as normas de direitos humanos vêm obtendo junto às políticas dos Estados, servindo de diretrizes para elaboração, implementação, monitoramento e vetor de políticas públicas, limitando-as de modo a fazer com que as estratégias governamentais em áreas-chave (meio-ambiente, segurança pública, migrações, assistência social etc.) possam se amoldar às demandas dos grupos sociais, em especial dos grupos desfavorecidos.

Além dos docentes do Curso de Direito, este grupo de pesquisa também conta com a participação dos docentes do Curso de Relações Internacionais, e será diretamente beneficiado pelo presente plano de capacitação docente, na medida em que a qualificação de novos doutores para o Curso permitirá a orientação de projetos de pesquisa nas linhas de atuação do Grupo, além de participação em programas específicos de iniciação científica e pós graduação e incentivo à publicação de livros, relatos de experiência e artigos científicos.

5.4.2 Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ovelário Tames – NEPOT

Ainda em fase de estruturação Institucional, mas já no pleno desenvolvimento de suas ações de pesquisa, o Curso de Direito da UFRR conta com um Grupo de Pesquisas, intitulado informalmente como “Núcleo de Estudos e Pesquisas Ovelário Tames – NEPOT”, que tem como objetivo o aprofundamento teórico em temas relevantes nas áreas de Direito Internacional, Direitos Humanos e Teoria do Direito, fomentando a pesquisa, a produção científica e a participação ativa de acadêmicos e professores em Congressos e eventos jurídicos.

O grupo de pesquisa em questão é coordenado pelo Professor Fernando César Costa Xavier e conta com a participação dos professores e discentes do Curso de Direito.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas “Ovelário Tames” (NEPOT), cadastrado junto ao CNPq (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6077726239361135) tem por objetivo principal o de congregar docentes e discentes da Universidade Federal de Roraima e de outras IES's, da área jurídica e afins, que tenham interesse na pesquisa e no debate sobre teoria do direito, direito internacional e direitos humanos.

As linhas de pesquisa apontam para temas que têm recebido especial atenção nos debates acadêmicos nos últimos anos, sobretudo no âmbito internacional, sendo interesse do grupo que a Universidade Federal de Roraima possa acompanhar esses debates atualmente em curso e, tanto quanto possível, inserir-se neles. O interesse se torna ainda mais especial porque questões concretas e locais passam a sofrer os efeitos ou ser resolvidas a partir de elementos advindos desses ramos do direito tradicionalmente negligenciados.

São seis as linhas de pesquisa do grupo, a saber:

1. Constitucionalismo, supranacionalidade e constitucionalização do direito internacional: Esta linha pretende reunir estudos sobre o tema da “Constitucionalização do direito



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

internacional”, sobretudo a partir das publicações recentes de J. Habermas e outros autores da ciência jurídica alemã. Como refere Petar Bačić (2009), “A constitucionalização do direito internacional é hoje um dos temas mais animados da teoria jurídica contemporânea (...) que reflete os conceitos de governança global e integração do constitucionalismo moderno”.

2. Direito internacional penal, criminologia crítica comparada e jurisdição criminal internacional: Esta linha pretende abranger pesquisas sobre teoria geral do direito internacional penal; teoria dos crimes internacionais e dos crimes transnacionais; história, estrutura e jurisprudência dos tribunais penais internacionais; órgãos de persecução criminal internacional; criminologia crítica aplicada à justiça penal internacional; aspectos político-normativos do Tribunal Penal Internacional e do Estatuto de Roma; o papel do Brasil no sistema de justiça penal internacional etc.

3. Direitos das pessoas em movimento (migrantes e refugiados), pluralismo e democracia: Esta linha pretende debater qual o modelo idealmente inclusivo que deveria ser adotado por Estados democráticos que têm interesse em tratar nacionais e estrangeiros (trabalhadores migrantes e refugiados) em estrita igualdade de condições e de consideração. Discute quais os direitos morais e legais as pessoas em mobilidade poderiam reivindicar em sociedades democráticas e em comunidades supranacionais, sobretudo a partir de precedentes criados por tribunais nacionais e internacionais.

4. Estudo de casos da jurisprudência interamericana de direitos humanos: Esta linha pretende congrega discentes interessados em aprofundar conhecimentos sobre o funcionamento do sistema interamericano de direitos humanos, bem como sobre a orientação dos órgãos desse sistema (em especial a Corte Interamericana de Direitos Humanos) sobre temas como direitos indígenas, direitos dos migrantes e refugiados, leis de anistia, segurança pública, liberdade de manifestação, liberdade religiosa, garantias processuais etc.

5. Filosofia do direito contemporânea e teoria do direito internacional: Esta linha pretende reunir estudos sobre a filosofia do direito contemporâneo, em especial a filosofia analítica do direito que se estabeleceu no mundo de língua inglesa após o debate Hart-Dworkin, buscando elementos teórico-analíticos para se repensar o direito internacional. Segue o entendimento de Samantha Besson e John Tasioulas (2010) de que “A filosofia do direito internacional pode ser facilmente vista como um ramo especial da Teoria do Direito, que engloba tanto questões conceituais quanto normativas sobre o direito internacional”.

6. Hermenêutica jurídica e interpretação dos tratados: Esta linha pretende estudar as teorias sobre hermenêutica jurídica contemporânea, buscando verificar quais os métodos e critérios adotados pela hermenêutica dos tratados em geral e pela hermenêutica dos tratados de direitos humanos em específico, de modo a se formular hipóteses sobre a postura interpretativa do Supremo Tribunal Federal ante a constitucionalização das convenções internacionais de direitos humanos e a revisão judicial dos tribunais internacionais de direitos humanos.

O nome do grupo é uma homenagem ao indígena macuxi Ovelário Tames, da comunidade indígena Cachoeirinha (Canaã), Raposa Serra do Sol, que, com apenas 17 anos de idade, em 1988, morreu na Delegacia de Normandia (RR) em razão de agressões praticadas por agentes policiais. O caso não foi devidamente apurado pelos órgãos do sistema de justiça brasileiro, tendo então sido levado ao conhecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nos anos 2000, após cuidadosa análise do caso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

OEA recomendou ao Brasil, dentre outras coisas, que construísse um memorial em homenagem a Ovelário Tames, o que foi feito em 2006. O memorial, em forma de placa, está situado na Praça do Coreto, no Centro de Boa Vista (RR).

5.5 Revista Científica

O Curso de Direito conta com uma revista científica, a “Revista de Direito da Amazônia”, cujo Conselho Editorial é atualmente composto pelos professores Priscilla Cardoso Rodrigues, Rafael Reis Ferreira e Fernando César Costa Xavier. Trata-se de periódico destinado à divulgação e reflexão tanto de professores e acadêmicos do Curso de Direito da UFRR quanto de pesquisadores externos sobre questões jurídicas, socioambientais e humanísticas do contexto amazônico brasileiro.

Como o corpo docente do Curso de Direito ainda possui pouco incentivo à produção científica, concentrando suas atividades, especialmente, na esfera do ensino, a “Revista de Direito da Amazônia” ainda se encontra bastante incipiente frente ao seu projeto inicial, devido à escassez de material de pesquisa desenvolvido no âmbito do Curso.

Nesse sentido, o presente plano de capacitação, com a qualificação de docentes em nível de Doutorado, proporcionará um incremento na produção científica desses docentes, garantindo, assim, o fortalecimento da “Revista de Direito da Amazônia”.

Ressalte-se que, devido ao afastamento dos professores Priscilla Cardoso Rodrigues e Rafael Reis Ferreira previstos no presente plano, o novo Conselho Editorial será composto pelos professores Fernando César Costa Xavier, Lívia Dutra Barreto e Teresa Cristina Evangelista dos Anjos.

06- Relato da Situação Atual da Unidade Didática, Projetos e Produção Científica

6.1 Situação atual do Curso de Direito com referência às Atividades preponderantemente de Pesquisa

6.1.1 Direitos Humanos, Cooperação Internacional e Políticas Públicas

O Curso de Direito possui o grupo de pesquisa “Direitos Humanos, Cooperação Internacional e Políticas Públicas” cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq). Criado em abril de 2013 e coordenado pelo Professor Fernando César Costa Xavier, este grupo conta com a participação de todos os professores do Curso de Direito e de docentes do Curso de Relações Internacionais.

Possui duas sublinhas de pesquisa, “Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito da Integração” e “Direitos Humanos e Políticas Públicas” e não possui financiamento exclusivo.

6.1.2 Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ovelário Tames – NEPOT

O Curso de Direito da UFRR conta com um Grupo de Pesquisas, em fase de estruturação, intitulado informalmente como “Núcleo de Estudos e Pesquisas Ovelário Tames – NEPOT”, que tem como objetivo o aprofundamento teórico em temas relevantes nas áreas de Direito Internacional, Direitos Humanos e Teoria do Direito, fomentando a pesquisa, a produção científica e a participação ativa de acadêmicos e professores em Congressos e eventos jurídicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

O grupo de pesquisa em questão é coordenado pelo Professor Fernando César Costa Xavier e conta com a participação dos professores e discentes do Curso de Direito e possui seis linhas de pesquisa: 1. Constitucionalismo, supranacionalidade e constitucionalização do direito internacional; 2. Direito internacional penal, criminologia crítica comparada e jurisdição criminal internacional; 3. Direitos das pessoas em movimento (migrantes e refugiados), pluralismo e democracia; 4. Estudo de casos da jurisprudência interamericana de direitos humanos; 5. Filosofia do direito contemporânea e teoria do direito internacional; 6. Hermenêutica jurídica e interpretação dos tratados.

6.2 Situação atual do Curso de Direito com referência às Atividades preponderantemente de Extensão

6.2.1 Direitos e garantias das mulheres portadoras de surdez: abrindo o verbo na cidadania do silêncio

O Curso de Direito desenvolve o projeto “Direitos e garantias das mulheres portadoras de surdez: abrindo o verbo na cidadania do silêncio”, coordenado pela Professora Priscilla Cardoso Rodrigues, desde 21 de outubro de 2012, cadastrado no SIGProj sob o nº 50303.308.62074.16052010 (financiamento Edital PROEXT 2010 - MEC). Tem como público-alvo os acadêmicos e professores dos cursos de Direito, Pedagogia, Psicologia e Letras; coordenadores, gestores e professores das redes públicas de ensino; profissionais e membros de organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais e grupos comunitários de defesa dos direitos da mulher e dos portadores de surdez; pessoas envolvidas direta ou indiretamente com portadores de surdez. Com o afastamento da Professora Priscilla Cardoso Rodrigues, o projeto continua sendo desenvolvido pelas Professoras Lívia Dutra Barreto e Teresa Cristina Evangelista dos Anjos.

6.2.2 Cartografia da Diversidade e Promoção dos Direitos das Populações Vulneráveis

O Curso de Direito, através de seu Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa de Direitos Humanos, participa do projeto “Cartografia da Diversidade e Promoção dos Direitos das Populações Vulneráveis”, coordenado pela Professora Carmen Lúcia Silva Lima e cadastrado no SIGProj sob o nº 121472.648.92993.22032013 (financiamento Edital PROEXT 2014 - MEC).

Idealizado a partir do projeto Cartografia da Violação dos Direitos dos Indígenas de Boa Vista (RR), tem como objetivo responder a solicitações que foram apresentadas ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) - Núcleo Roraima, criando no ano de 2011 na UFRR e coordenado pela Professora Carmen Lúcia Silva Lima, especialmente: a cartografia das mulheres guianense foi apresentada pelo Núcleo de Mulheres de Roraima; a da capoeira em Boa Vista, pelo Centro de Capoeira da UFRR; a dos indígenas catadores de lixo, pela Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC) e a dos maranhenses do bairro Santa Luzia, pelo representante do Conselho da Comunidade São Raimundo Nonato.

Contando atualmente com a participação do professor Fernando César Costa Xavier.

6.2.3 Congresso de Direito Constitucional do Estado de Roraima

O Instituto de Ciências Jurídicas da UFRR (ICJ), por meio de uma parceria interinstitucional



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

firmada com a Coordenação do Curso de Direito da UERR (CCD), realiza as edições do Congresso de Direito Constitucional do Estado de Roraima, evento concebido a partir de uma proposta que visa contribuir para a consolidação de eventos jurídicos estritamente acadêmicos no Estado, nos quais possam ser realizados debates ampliados e interativos sobre temas de interesse prático e teórico para o Direito.

Neste espaço, os docentes e discentes da área jurídica e afins têm a oportunidade de apresentarem suas pesquisas sobre assuntos de relevância para a sociedade local, regional e internacional, cujas atividades propiciam a articulação do ensino pesquisa e extensão possibilitando acolher os problemas e apelos da comunidade, como forma de interagir e aproximar a instituição e seus discentes da realidade social.

A primeira edição do Congresso, realizada em 2013, teve como tema “Debates Contemporâneos da Teoria Constitucional” e foi coordenada pelo Prof. Fernando Cesar da Costa Xavier; a segunda edição, desenvolvida no ano de 2014, teve como tema “Os Direitos Fundamentais e o Estado Democrático de Direito ante os desafios do Pluralismo Jurídico e da Globalização”, sendo coordenada pelo Prof. Bruno Cavalcanti Angelin Mendes; as terceira, quarta e quinta edições, que se realizaram em 2015, 2017 e 2018, respectivamente, foram coordenadas pela Prof.^a Livia Dutra Barreto.

6.2.4 Congresso Roraimense de Direitos Humanos e Direito Internacional

O I Congresso de Direitos Humanos e Direito Internacional é uma iniciativa do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal de Roraima. Sendo realizado sempre no segundo semestre de cada ano.

O evento tem o objetivo de contribuir, em âmbito estadual e regional, para o debate qualificado sobre temas de direitos humanos e de direito internacional, disseminando-os a partir da universidade para a comunidade em geral.

O tema do I Congresso foi "Direitos Humanos e Desenvolvimento no séc. XXI", a partir do qual se pretende debater, dentre outros, os 70 anos da Organização das Nações Unidas e de seu sistema global de Direitos Humanos, bem como a nova agenda pós-2015 para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O evento conta com nove grupos de trabalhos, a saber:

GT 1 - Direito Internacional dos Direitos Humanos: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados aos órgãos e mecanismos dos sistemas internacionais (global e regionais) de direitos humanos.

GT 2 - Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados às violações e instrumentos de reparação de direitos humanos de minorias e grupos socialmente vulnerabilizados, no Brasil e no estrangeiro.

GT 3 - Direitos Humanos, Política e Mídia: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados ao funcionamento do sistema político (sua estrutura e seus atores) e à atuação da mídia (impressa, televisiva e virtual), e sua relação com a violação, proteção e promoção dos direitos humanos.

GT 4 - Direito Internacional Penal e Direito Humanitário: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados ao direito penal em âmbito internacional, englobando o sistema de justiça penal internacional e o crime organizado global, bem como a atualidade do chamado 'jus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



in bello' e das Convenções de Genebra.

GT 5 - Direito ao Desenvolvimento e Políticas Públicas: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados à atuação do Estado e dos demais sujeitos de direito internacional para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas de desenvolvimento.

GT 6 - Organizações Internacionais e Relações Internacionais: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados à estrutura e à atuação das Organizações Internacionais, e seu papel como sujeito proativo no sistema internacional.

GT 7 - Direito à Mobilidade Humana e aspectos sobre Nacionalidade: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados ao direito internacional da mobilidade humana e situações que envolvam o reconhecimento do direito humano à nacionalidade.

GT 8 - Teoria dos Direitos Humanos e do Direito Internacional: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados às abordagens teóricas (escolas de pensamento ou autores específicos) dos direitos humanos e do direito internacional.

GT 9 - Direito Internacional Privado: Este grupo pretende debater questões e/ou casos ligados à aplicação das regras relativas ao conflito de leis no espaço e a sistemática do direito internacional privado no Brasil.

6.3 Participação de professores em programas de Pós Graduação *stricto sensu*

6.3.1 Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA)

Nível: Mestrado

Unidade: NECAR/UFRR

Colaborador: **Prof. Dr. Isaías Montanari Júnior** (até o semestre 2012.2)

Tipo de participação: Orientação, banca examinadora e docência

6.4 Situação atual do Curso de Direito com referência às de Atividades de Ensino de Graduação

O Curso de Direito, atualmente, conta com uma entrada anual de 60 vagas para ingresso no curso, sendo que as formas de ingresso são aquelas previstas no Regimento Geral da UFRR: concurso vestibular uma vez ao ano que é regulamentado pelas Resoluções do CEPE 010/04 e 006/07, observados os percentuais de cotas conforme lei vigente; ENEM/SISU uma vez ao ano, conforme Res. 010/13 –CEPE; Transferência Externa/Interna e ingresso de portador de diploma de ensino superior uma vez ao ano, conforme Res. 010/05 –CEPE; e Transferência *Ex-officio* que independe da existência de vaga e época conforme a Lei nº 9.536/97. Visando a inclusão social a UFRR reserva o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas às pessoas que comprovarem alguma deficiência em todos os seus processos de ingresso, conforme Decreto 3298/99 e Ofício nº 227/11 –AGU.

Para essa estrutura acadêmica, o quantitativo de docentes em relação às disciplinas previstas no projeto pedagógico do Curso de Direito, tem sido suficiente tanto para suprir as necessidades do Curso e oferecer um ensino de graduação de qualidade, quanto para contribuir, semestralmente, com a oferta de 9 (nove) disciplinas para os Cursos de Economia, Secretariado Executivo e Ciências Contábeis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

Além disso, o Curso de Direito da UFRR é um dos 60 (sessenta) cursos de Direito do país que, num universo de mais de 1250 cursos de Direito, foi agraciado com o prêmio “Selo OAB de qualidade” devido à obtenção de aprovação com nota máxima (nota cinco) no ENADE e aos índices de aprovação no Exame de OAB, um dos mais altos do País.

6.5 Situação atual do Curso de Direito com referência às Atividades Administrativas

O Curso de Direito passou por grande transformação em suas atividades administrativas, decorrentes de sua saída do CECAJ e criação do Instituto de Ciências Jurídicas-ICJ.

Com essa transformação, o Curso de Direito conseguiu aliar as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com uma estrutura administrativa mais adequada às suas necessidades acadêmicas, pedagógicas e administrativas.

O projeto do ICJ foi elaborado por uma comissão composta pela Prof^ª Priscilla Cardoso Rodrigues e pelo Prof. Rafael Reis Ferreira, como consta do processo 23129.000289/2012-68, e sua criação se deu pela Resolução 014/2012 – CUni, de 20 de julho de 2012.

6.6 Principais produções científicas dos membros do Curso de Direito nos últimos três anos*

- I. CAVALCANTE FILHO, Raimundo Paulino. *Estudos avançados de direito e processo do trabalho: atualidades em debate*. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho, 2014. v. 1. 398p. Autor do Capítulo intitulado “A responsabilidade civil do tomador de serviços nas terceirizações lícitas independentemente da participação na fase de conhecimento da relação processual: uma abordagem sob a perspectiva do princípio da proteção à confiança”.
- II. FERRO, S. R. O. P. B.; FERRO, L. B. Luiz Bruno. SALETE JUNIOR, A.; SOUZA. *Direito Economico E Socioambiental*. São Paulo : Iglu, 2014, v.260. p.411.
- III. FERRO, L. B. Luiz Bruno.; FERRO, S. R. O. P. B. *Exames Genéticos Como Forma De Seleção De Emprego: Uma Afronta A Dignidade Humana Do Trabalhador In: Direito Econômico E Socioambiental*. 1 Ed. Rio De Janeiro : Gz Editora, 2014, v.1, p. 1-419.
- IV. FERRO, L. B. Luiz Bruno.; FERRO, S. R. O. P. B.; BORBA, P. M. *Qualificação Profissional Para A Melhor Prestação Do Transporte Público, Modalidade Ônibus Em Aracaju Sergipe In: 7º Encontro Internacional De Formação De Professores(Enfope), 2014, Aracaju*.
- V. MENDES, Bruno C. A. (Org.). *Educação Clínica Em Direitos Humanos: Experiências Da Rede Amazônica De Clínicas De Direitos Humanos*. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 2016. 180p .



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

- VI. MENDES, Bruno C. A.. A Jurisdição No Estado Constitucional. Direito E Justiça (Uri), V. 16, P. 152-169, 2016.
- VII. MENDES, Bruno C. A.. Precedentes Judiciais Vinculantes: A Eficácia Dos Motivos Determinantes Da Decisão Na Cultura Jurídica. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2015. V. 2ª Ed.. 238p .
- VIII. MENDES, Bruno C. A.. Precedentes Judiciais Vinculantes: A Eficácia Dos Motivos Determinantes Da Decisão Na Cultura Jurídica. 1. Ed. Curitiba/Pr: Juruá, 2014. V. 1. 220p .
- IX. OLIVEIRA JÚNIOR, Z.Direito Humano Fundamental À Sadia Qualidade De Vida: Problemática Da Poluição Por Excesso De Ruídos. Revista Jurídica Do Ministério Público Do Estado De Roraima. , 2016.
- X. OLIVEIRA JÚNIOR, Z.Áreas De Preservação Permanente Urbana Dos Cursos D'Água Responsabilidade Do Poder Público E Ocupação Antrópica À Luz Do Novo Código Florestal E Seus Reflexos Jurídicos. Curitiba : Juruá, 2014, V.1. P.224.
- XI. OLIVEIRA JÚNIOR, Z.A Responsabilidade Constitucional Da Coletividade Na Defesa Do Ambiente Sustentável In: A Universidade Pública E A Responsabilidade Socioambiental.1 Ed.Boa Vista : Editora Ufr, 2015, V.1, P. 123-155.
- XII. OLIVEIRA JÚNIOR, Z. A Legitimidade Do Exercício Do Magistério Pelo Membro Do Ministério Público: A Regulamentação Do Cnmp E Os Requisitos Cogentes Garantidores Da Cumulatividade In: 7º Congresso Nacional Virtual Do Ministério Público, 2016, Virtual.
- XIII. OLIVEIRA JÚNIOR, Z. O Reflexo Jurídico Ambiental Da Instrução Normativa Nº 04, De 13 De Abril De 2011, Do Ibama: As Implicações Da Recuperação De Área Degradada Na Proteção Do Meio Ambiente In: 20 Congresso Brasileiro De Direito Ambiental, 10 Congresso De Direito Ambiental Das Línguas Portuguesa E Espanhola, 10 Congresso De Estudantes De Direito Ambiental, 2015, São Paulo-Sp.
- XIV. OLIVEIRA JÚNIOR, Z.; OLIVEIRA, Karla Alessandra Mourão Pereira De A Defesa Do Patrimônio Cultural E A Sadia Qualidade De Vida No Ambiente Urbano Amazônico In: 19. Congresso Brasileiro De Direito Ambiental, 9. Congresso De Direito Ambiental Das Línguas Portuguesa E Espanhola, 9. Congresso De Estudantes De Direito Ambiental, 2014, São Paulo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

- XV. OLIVEIRA JÚNIOR, Z Saúde Ambiental : Política Nacional De Saneamento Básico E Resíduos Sólidos. São Paulo - Sp: Instituto O Direito Por Um Planeta Verde, 2014. V.1. P.368 - 378
- XVI. OLIVEIRA JÚNIOR, Z. Fao E Direito Fundamental Internacional À Higidez Alimentar In: Ii Congresso Roraimense De Direitos Humanos E Direito Internacional, 2016, Boa Vista-Rr. Ii Congresso Roraimense De Direitos Humanos E Direito Internacional. , 2016.
- XVII. OLIVEIRA JÚNIOR, Z.Direito Humano Fundamental Ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado In: I Congresso Roraimense De Direitos Humanos E Direito Internacional, 2015, Boa Vista-Rr. Anais Do I Congresso Roraimense De Direitos Humanos E Direito Internacional. Boa Vista: Editora Ufr, 2015. V.1. P.191 – 192.
- XVIII. XAVIER, F. C. C.. *A Liberdade De Expressão Frente À Proteção Religiosa: Comparações Possíveis Entre 'Charlie Hebdo' E 'A Última Tentação De Cristo'*. Revista Paradigma, V. 25, P. 27-38, 2016.
- XIX. XAVIER, F. C. C.. *Para Além Da 'Vaquejada' E Da 'Farra Do Boi': Justiça Para O Direito Dos Animais*. Direito E Justiça: Reflexões Sociojurídicas, V. 17, P. 267-278, 2017.
- XX. XAVIER, F. C. C.; Souza, L. R. O. . *O Impacto Dos Objetivos Do Milênio No Direito Ambiental Brasileiro: Perspectivas Para A Implantação Dos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável*. In: Wagner Menezes. (Org.). Xiv Congresso Brasileiro De Direito Internacional. 1ed.Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, V. Xviii, P. 533-545.
- XXI. XAVIER, F. C. C.. *Os Desafios Para A Instrumentalização Dos Objetivos Do Desenvolvimento Do Milênio Da Onu*. In: Wagner Menezes; Clodoaldo Silva Da Anunciação; Gustavo Menezes Vieira. (Org.). Direito Internacional Em Expansão. 1ed.Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014, V. Iv, P. 175-183
- XXII. XAVIER, F. C. C.. *A Liberdade De Expressão Frente À Proteção Religiosa: Comparações Possíveis Entre 'Charlie Hebdo' E 'A Última Tentação De Cristo'*. Revista Paradigma, V. 25, P. 27-38, 2016

*foram inseridas as produções científicas dos três anos contados da data da aprovação do plano de capacitação pelo Instituto de Ciências Jurídicas.

07- Histórico e Projeção da Oferta de Disciplinas da Unidade Didática

Semestre	Nº de Disciplinas	Nº de Turmas	Nº de Docentes
----------	-------------------	--------------	----------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

	G	Pg	G	Pg		Relação turma/ Docente Permanente	Nº de Professor substituto
2014.2	31	0	34	0	15	2,26	1
2015.1	28	0	28	0	14	2,00	2
2015.2	34	0	35	0	16	2,18	2
2016.1	31	0	31	0	16	1,93	-
2016.2	33	0	36	0	16	2,25	-
2017.1	31	0	33	0	17	1,94	-
2017.2	34	0	37	0	16 (a)	2,31	-
2018.1	33	0	35	0	18 (a)	1,94	-
2018.2	35	0	37	0	18 (a)	2,05	-
2019.1	33	0	35	0	16,5 (b)	2,12	-
2019.2	35	0	37	0	16,5 (c)	2,24	-
2020.1	33	0	35	0	13,5 (d)	2,6	-

(a) para determinar o número de professores nestes semestres considerou-se 0,5 para 2 professores que estarão afastados parcialmente para qualificação e 2 que estão de afastados por outros motivos.

(b) para determinar o número de professores nestes semestres considerou-se 0,5 para 3 professores que estarão afastados parcialmente e mais 1 em afastamento integral para qualificação e 2 que estão de afastados por outros motivos.

(c) para determinar o número de professores nestes semestres considerou-se 0,5 para 1 professor que estará afastado parcialmente e mais 1 em afastamento integral para qualificação e 2 que estão de afastados por outros motivos.

(d) para determinar o número de professores nestes semestres considerou-se 0,5 para 5 professores que estarão afastados parcialmente e mais 1 em afastamento integral para qualificação e 3 que estão afastados por outros motivos, e um professor que faleceu em abril de 2020.

08- Impacto da capacitação nas atividades da unidade

Acerca do impacto da capacitação nas atividades da Unidade, cabe destacar, inicialmente, a **situação atual** do corpo docente do Curso de Direito da UFRR: está composto de 20 (vinte) professores(as) efetivos(as), sendo 4 (quatro) doutores, 14 (quatorze) mestres, 1 (um) especialista e 1 (um) graduado.

A porcentagem atual de doutores do Curso de Direito é de 20% (quatro docentes), inferior ao padrão de excelência que deve ser mantido pela Universidade Federal de Roraima.

O Curso de Direito necessita preencher as lacunas de professores com curso de doutorado, pois vem sofrendo muitos prejuízos, em todas as áreas de atuação, por não poder participar de projetos de pesquisa e extensão, programas de interesse da Universidade e da comunidade em geral, por não ter em seu quadro professores com doutorado e regime de dedicação exclusiva.

Portanto, a necessidade de qualificação de professores em nível de Doutorado, no Curso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

de Direito, está em situação emergencial.

O Estado de Roraima não possui programas de pós-graduação *stricto sensu*, na área do Direito e de forma continuada, dificultando a qualificação de seu corpo docente.

Dessa forma, considerando o cenário atual, tem-se como **situação pretendida** que: ao final do quadriênio deste plano, o Curso de Direito terá mais dois professores doutores, a Prof.^a Priscilla Cardoso Rodrigues e o Prof. Rafael Reis Ferreira, mais um professor mestre, o Prof. Mozarildo Monteiro Cavalcante e mais cinco professores doutores em qualificação, conforme quadro 09.

Como o objetivo do Curso de Direito, neste momento, é a qualificação de seu corpo docente em nível de Doutorado, pretende-se, com a aprovação e desenvolvimento do presente plano de capacitação, ascender dos atuais três, para onze professores com doutorado, sendo deles oito na área jurídica.

Assim sendo, como **impactos** nas atividades da Unidade, o Curso de Direito aumentará de forma expressiva, com a aprovação do presente plano de qualificação da unidade, sua quantidade de doutores, que irá quase quadruplicar, passando de três para doze.

Com isso, poderá modificar o seu perfil, atualmente concentrado no ensino de graduação, passando a atuar de forma mais significativa nas esferas da pesquisa e da extensão.

Além disso, marcadamente, o plano dará início ao processo de criação de um curso de pós-graduação *stricto sensu*, na área do Direito, em nível de Mestrado, servindo para a melhoria do padrão de qualidade do Curso de Direito, da UFRR e da comunidade em geral, além de possibilitar as ofertas de MINTER e DINTER com IES parceiras, na área do Direito, por poder contar com corpo docente qualificado para ministrar aulas nestes programas e participar das demais atividades da pós graduação *stricto sensu*.

09- Períodos, Docentes em Afastamento e Retorno, Áreas de Atuação e Percentuais de Afastamento de Docentes

Semestre	Doc. em Afastamento	Nível/Área/Inst.	Doc. em Retorno	Nível/Área /Inst.	Afastamento (%)
2016.2	Priscilla Cardoso Rodrigues (integral)	Doutorado/Direito/ Universidade de Coimbra	-	-	13,63%
	Rafael Reis Ferreira (integral)	Doutorado/Direito/ Universidade de Coimbra			
	Bruno Cavalcanti Angelin Mendes (integral)	Doutorado em Direito, na Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro			
2017.1	Priscilla Cardoso Rodrigues (integral)	Doutorado/Direito/ Universidade de Coimbra	-	-	13,63%
	Rafael Reis Ferreira (integral)	Doutorado/Direito/ Universidade de Coimbra			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

	Bruno Cavalcanti Angelin Mendes (integral)	Doutorado em Direito, na Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro			
2017.2	Priscilla Cardoso Rodrigues (integral)	Doutorado/Direito/ Universidade de Coimbra			18,18%
	Rafael Reis Ferreira (integral)	Doutorado/Direito/ Universidade de Coimbra			
	Bruno Cavalcanti Angelin Mendes (integral)	Doutorado em Direito, na Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro	-	-	
	Mozarildo Monteiro Cavalcante (parcial)	Mestrado em Direito na UERR			
	Zedequias de Oliveira Júnior (parcial)	Doutorado no PRONAT			
2018.1	Bruno Cavalcanti Angelin Mendes (integral)	Doutorado em Direito, na Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro	Priscilla Cardoso Rodrigues	Doutorado/Direito/ Universidade de Coimbra	9,09%
	Mozarildo Monteiro Cavalcante (parcial)	Mestrado em Direito na UERR	Rafael Reis Ferreira		
	Zedequias de Oliveira Júnior (parcial)	Doutorado no PRONAT			
2018.2	Mozarildo Monteiro Cavalcante (parcial)	Mestrado em Direito na UERR			4,76%
	Zedequias de Oliveira Júnior (parcial)	Doutorado no PRONAT	-	-	
2019.1	Mozarildo Monteiro Cavalcante (parcial)	Mestrado em Direito na UERR			16,66%
	Zedequias de Oliveira Júnior (parcial)	Doutorado no PRONAT			
	André Paulo dos Santos (integral)	Doutorado em Direito			
	Teresa Cristina Evangelista dos Anjos (parcial)	Doutorado em Direito			
	Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro (integral)	Doutorado em Direito			
2019.2	Zedequias de Oliveira Júnior (parcial)	Doutorado no PRONAT	Mozarildo Monteiro Cavalcante	Mestrado em Direito na UERR	7,5%
	Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro (integral)	Doutorado em Direito			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, Boa Vista/RR, CEP: 69.304-000

Telefone: (095) 3621-3108

E-mail: secretariadosconselhos@ufr.br



UFRR

2020.1	Zedequias de Oliveira Júnior (parcial)	Doutorado no PRONAT			
	Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro (integral)	Doutorado em Direito UERR			
	André Paulo dos Santos (parcial)	Doutorado em Direito UERR			17,5%
	Raimundo Paulino Cavalcante Filho (parcial)	Doutorado em Direito UERR			
	Ilaine Aparecida Pagliarini (parcial)	Doutorado em Direito UERR			
	Fernando César Costa Xavier (parcial)	Doutorado em Direito UERR			

Justificativas apresentadas para o cálculo do percentual constante da presente atualização, com base na nova Resolução, qual seja, a Resolução nº. 006/2015-CEPE: o professor Bruno Cavalcanti Angelin Mendes foi exonerado a pedido a partir de 12 de setembro de 2018, conforme a Portaria 779 – DOU de 31/10/2018, por esse motivo a partir do semestre de 2018.2 a 2019.1 para a base de cálculo foram considerados 21 docentes. Em junho de 2019 as professoras Denise Meneses Gomes e Teresa Cristina Evangelista dos Anjos se aposentaram e o prof. Douglas Verbicaro Soares foi contratado, por esses motivos no semestre 2019.2 para a base de cálculo foram considerados 20 docentes. Em dezembro de 2019 o prof. Gustavo Américo Maximo Santana Costa foi contratado e em abril de 2020 o prof. Rodrigo Cardoso Furlan faleceu, por esses motivos no semestre 2020.1 para a base de cálculo foram considerados 20 docentes.

10- Aprovação		
Unidade Acadêmica	_____ / _____ / _____	_____
		Chefe da Unidade Didática
Conselho de Instituto	_____ / _____ / _____	_____
		Diretor de Centro
Comissão de Pesquisa	_____ / _____ / _____	_____
		Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

1ª Via - Unidade Didática.

2ª Via - Direção de Centro.

3ª Via - Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.